



TAXA DE DESEMPREGO NO ESPÍRITO SANTO FICA ABAIXO DE 3% PELA PRIMEIRA VEZ NA SÉRIE HISTÓRICA

Elaborado por: André Spalenza, Felipe Montini e Eduarda Gripp.

Por outro lado, a informalidade avança, atingindo
789 mil pessoas

**TAXA DE
DESOcupação**

2,6%

(MENOR DA
SÉRIE HISTÓRICA)

DESOcupADOS

54 MIL

(-11 MIL NO
TRIMESTRE)

3ª MENOR TAXA

DE DESEMPREGO DO PAÍS

TAXA DE INFORMALIDADE

38,7%

789 MIL (+10 MIL)

OCUPADOS INFORMAIS

O objetivo deste relatório é viabilizar o acompanhamento dos indicadores de emprego formal e informal no Espírito Santo. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-IBGE) trimestral visa acompanhar as flutuações da força de trabalho dos estados e do país, a cada trimestre, considerando todos os tipos de ocupação - mercados formal e informal, empresários, funcionários públicos, trabalho doméstico, entre outros.

Taxa de Desemprego

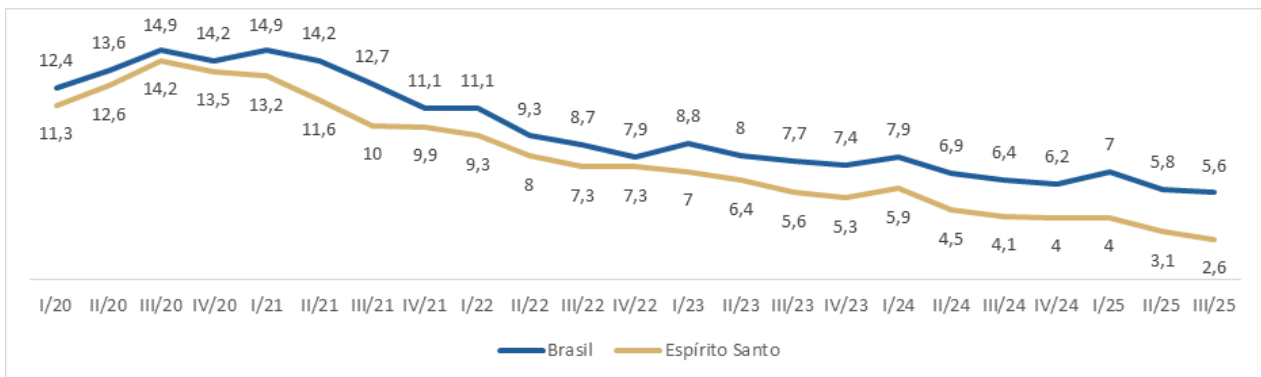
De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua/IBGE), a taxa de desocupação no Espírito Santo recuou para 2,6% no 3º trimestre de 2025, atingindo o menor nível da série histórica iniciada em 2012 e pela primeira vez ficando abaixo de 3%. Desde o 2º trimestre de 2024, o estado vem renovando, a cada divulgação, o seu recorde de menor taxa de desemprego.

Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, a redução foi de 0,5 ponto percentual, evidenciando um mercado de trabalho aquecido. O Espírito Santo registrou a menor taxa de desemprego da Região Sudeste e a terceira menor entre todas as unidades da federação. No mesmo período, a taxa nacional situou-se em 5,6%.

A tendência de queda do desemprego no estado é consistente desde o 3º trimestre de 2020. Com exceção de um leve aumento no início de 2024, o Espírito Santo vem acumulando sucessivas reduções em seu nível de desocupação.

Em cinco anos, a taxa passou de 14,2% (3º trimestre de 2020) para 2,6% (3º trimestre de 2025), uma retração de 11,6 pontos percentuais. Esse movimento evidencia a intensidade da recuperação do mercado de trabalho capixaba após os efeitos da pandemia, consolidando o estado entre aqueles com os melhores indicadores de ocupação do país.

Taxa (%) de desemprego trimestral, Brasil e Espírito Santo, 2020 - 2025



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

No Espírito Santo, 2,094 milhões de pessoas compõem a força de trabalho, ou População Economicamente Ativa (PEA), que reúne indivíduos ocupados e aqueles que estão procurando emprego. Em relação ao 3º trimestre de 2024, houve uma redução de 14 mil pessoas nessa população. O número de desocupados caiu de 65 mil no 2º trimestre para 54 mil no 3º trimestre de 2025.

Isso significa que cerca de 11 mil pessoas deixaram a condição de desocupado no estado, seja por terem encontrado trabalho, seja por terem saído da força de trabalho. No acumulado de 12 meses, 33 mil pessoas deixaram de estar desocupadas, uma redução aproximada de 38% em relação ao 3º trimestre de 2024.

O volume de pessoas ocupadas alcançou 2,040 milhões no 3º trimestre, um aumento discreto de mil pessoas frente ao trimestre anterior. Entretanto, a ocupação informal registrou expansão mais expressiva, com 789 mil trabalhadores atuando nessa condição,

10 mil a mais do que no trimestre anterior. Assim, a recente queda do desemprego no estado tem sido impulsionada sobretudo pelo crescimento da informalidade, o que evidencia um desafio estrutural para o mercado de trabalho capixaba.

Características Populacionais e Ocupacionais
(mil pessoas), ES

Espírito Santo	3º Trimestre 2024	2º Trimestre 2025	3º Trimestre 2025	Diferença (mil pessoas)	
				3º Tri/25 - 2º Tri/25	3º Tri/25 - 3º Tri/24
Pessoas de 14 anos ou mais	3.326	3.366	3.372	6	46
Força de Trabalho (PEA)	2.108	2.105	2.094	-11	-14
Ocupados	2.021	2.039	2.040	1	19
Ocupados em situação de informalidade	773	779	789	10	16
Desocupados	87	65	54	-11	-33
Fora da Força de Trabalho	1.218	1.261	1.278	17	60

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

Apesar da relativa estabilidade no total de pessoas ocupadas no estado, a composição setorial do emprego apresentou mudanças relevantes. O destaque foi a Construção Civil, que registrou uma forte expansão de 13,7% no número de ocupados, o equivalente a 19 mil novas ocupações em relação ao 2º trimestre. Esse avanço pode estar associado ao aumento de obras, reformas e novos empreendimentos em um período geralmente marcado por menor dinamismo em outros setores da economia.

Esse contexto de atividade econômica mais moderada também se refletiu nos demais segmentos. Apenas o setor de Serviços apresentou um crescimento leve, de 0,4%, o que corresponde a 4 mil novos ocupados no setor. Nos demais setores houve redução no número de trabalhadores em comparação ao trimestre anterior, com retrações mais intensas na Indústria (-3,9%), seguida pela Agropecuária (-2,8%) e pelo Comércio (-1,1%).



Mais da metade das pessoas ocupadas no Espírito Santo (53%) trabalha como empregada no setor privado, totalizando 1,081 milhão de trabalhadores. Entre esses, observou-se no 3º trimestre uma queda de 4,9% no número de empregados sem carteira assinada, enquanto o contingente de trabalhadores formais, com carteira assinada, cresceu 3%. Em termos absolutos, isso corresponde a um aumento de 23 mil empregados formais e a uma redução de 17 mil trabalhadores sem carteira no setor privado. Como resultado, a proporção de empregados em situação de informalidade recuou de 28,6% para 27%. Atualmente, 292 mil pessoas trabalham de maneira informal no setor privado capixaba. Esse avanço da formalização contribui para maior segurança jurídica para empresas e, sobretudo, para os trabalhadores, com garantia de direitos e proteções legais.

Por outro lado, a expansão da informalidade no estado foi impulsionada pelo crescimento de empresários e trabalhadores por conta própria atuando sem CNPJ. O número de empregadores, que são empresários que geram postos de trabalho, chegou a 95 mil no estado, aumento de 2,2% em relação ao

trimestre anterior. Contudo, enquanto o número de empregadores com CNPJ diminuiu 1,3%, aqueles que atuam sem registro empresarial cresceram 10,5%, um acréscimo de 2 mil pessoas.

Entre os trabalhadores por conta própria, a dinâmica foi semelhante. Houve queda expressiva de 17,4% entre os que atuam com CNPJ, ao passo que o número de autônomos sem CNPJ aumentou 4%, incorporando 14 mil pessoas a atividades informais. Nesse grupo estão incluídos prestadores de serviços como pedreiros, pintores e eletricitistas; comerciantes informais, como vendedores ambulantes e feirantes; profissionais liberais sem registro, como fotógrafos e programadores; além de pequenos empreendedores que operam exclusivamente com recursos próprios.

Ao todo, 75,5% dos trabalhadores por conta própria no estado atuam sem CNPJ, o equivalente a aproximadamente 367 mil pessoas. Assim, o crescimento recente da informalidade no Espírito Santo está concentrado na chamada informalidade empresarial ou produtiva, marcada pela ausência de registro da atividade econômica.

Pessoas Ocupadas (Mil pessoas), por tipo de ocupação, ES

Tipo de Ocupação	3º Trimestre 2024	2º Trimestre 2025	3º Trimestre 2025	Variação	
				3º Tri/25 - 2º Tri/25	3º Tri/25 - 3º Tri/24
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico	1.059	1.074	1.081	0,7%	2,1%
Com carteira assinada	761	767	790	3,0%	3,8%
Sem carteira assinada	298	307	292	-4,9%	-2,0%
Trabalhador doméstico	100	91	98	7,7%	-2,0%
Com carteira assinada	22	25	24	-4,0%	9,1%
Sem carteira assinada	78	66	73	10,6%	-6,4%
Empregado no setor público	244	250	243	-2,8%	-0,4%
Empregador	97	93	95	2,2%	-2,1%
Com CNPJ	76	75	74	-1,3%	-2,6%
Sem CNPJ	20	19	21	10,5%	5,0%
Conta própria	477	497	486	-2,2%	1,9%
Com CNPJ	145	144	119	-17,4%	-17,9%
Sem CNPJ	331	353	367	4,0%	10,9%
Trabalhador familiar auxiliar	45	34	36	5,9%	-20,0%
Total	2.021	2.039	2.040	0,0%	0,9%

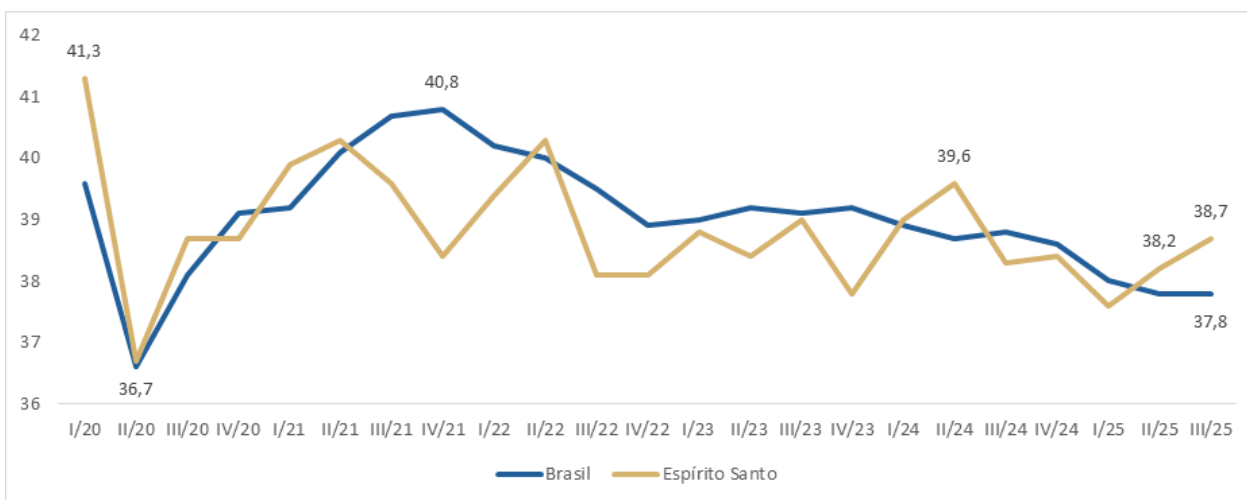
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

Informalidade

A taxa de informalidade³ é o percentual de informais dentro da população ocupada. Nesse contexto, a situação de informalidade se refere às pessoas ocupadas como “Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada, exclusive trabalhador doméstico”, “Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada”, “Empregador sem CNPJ”, “Conta própria sem CNPJ” e “Trabalhador familiar auxiliar”. No 3º trimestre de 2025, a taxa de informalidade no Espírito Santo aumentou de 38,2% para 38,7%, o maior

valor desde o segundo trimestre de 2024. Isso elevou o contingente de ocupados informais de 779 mil para 789 mil pessoas, o que corresponde um acréscimo de 10 mil trabalhadores. Esse resultado contrasta com o comportamento observado no país como um todo, onde a taxa permaneceu estável em 37,8%. Com isso, o Espírito Santo manteve-se acima da média nacional em termos de informalidade.

Taxa (%) de informalidade trimestral, Brasil e Espírito Santo, 2020-2025



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

A taxa de desemprego no Espírito Santo caiu para 2,6%, a menor entre os estados do Sudeste e a terceira mais baixa do país, empatada com Rondônia. Apesar desse desempenho favorável, a informalidade permanece elevada. Cerca de 38,7% dos trabalhadores ocupados atuam em condições informais, sendo essa a maior taxa entre os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, sendo superada apenas por estados das regiões Norte e Nordeste.

A taxa de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas recuou de 1,9% para 1,5%, o que coloca o Espírito Santo com a segunda menor taxa do país, atrás apenas de Santa Catarina (1%). Esse resultado indica que a maior parte dos trabalhadores consegue cumprir jornadas compatíveis com sua disponibilidade e interesse. Para efeito de comparação, a taxa nacional é de 4,4%.

Já a taxa de subutilização da força de trabalho⁴, que abrange desempregados, subocupados e pessoas que desejam trabalhar, mas não buscaram emprego, foi de 6,1%. Esse é o terceiro menor resultado do país e está muito abaixo da média nacional de 13,9%.

De forma geral, esses indicadores reforçam a elevada capacidade de absorção de mão de obra pelo mercado de trabalho capixaba, ainda que persistam desafios estruturais relacionados aos altos níveis de informalidade.

Ranking da Taxa de Desocupação (%) das Unidades da Federação, 3º trimestre de 2025

Ranking	Estados	Taxa (%) de desocupação	Taxa (%) de Informalidade	Rendimento Médio (R\$)*	Taxa (%) de Subocupação	Taxa (%) de Subutilização
1º	Santa Catarina	2,3	24,9	4.142	1	4,4
2º	Mato Grosso	2,3	34,2	3.653	1,8	6
3º	Espírito Santo	2,6	38,7	3.309	1,5	6,1
-	Rondônia	2,6	45	3.118	1,9	7
8º	Minas Gerais	4,1	36,5	3.123	3,7	10,9
12º	São Paulo	5,2	29,2	4.071	3	10,7
20º	Rio de Janeiro	7,5	37,6	3.988	4,2	14
-	Brasil	5,6	37,8	3.406	4,4	13,9

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES. *Habitualmente recebido no trabalho principal

Empregos Formais

Em setembro de 2025, o Espírito Santo registrou a criação de 3.793 empregos formais, recuperando-se após o desempenho tímido de agosto (879 vagas) e das perdas observadas em junho e julho. Os resultados negativos dos meses anteriores foram fortemente influenciados pela redução gradual de postos na Agropecuária, após o fim do período de colheita do café.

Nesse mês, a Agropecuária manteve a tendência de retração, com o fechamento de 665 vagas formais. Em contraste, todos os demais setores da economia apresentaram saldos positivos de emprego. Os destaques foram Serviços, com a criação de 1.753 novas vagas, e Comércio, com 1.438, que juntos responderam por 3.181 postos. Em seguida vieram a Indústria, com 693 vagas, e a Construção Civil, com 574.

Apesar do desempenho positivo, apenas a Indústria e o Comércio criaram mais empregos do que em setembro de 2024. No total, o estado gerou 1.867 vagas a menos do que no mesmo mês do ano anterior, o que representa uma queda interanual de 33%.

No acumulado entre janeiro e setembro, o Espírito Santo soma 22.854 novos empregos formais. Embora todos os setores tenham registrado mais admissões do que desligamentos, o resultado representa uma queda de 39,5% em relação ao mesmo período de 2024, o que corresponde a quase 15 mil empregos a menos do que no ano anterior. Com exceção da Agropecuária, que reduziu o ritmo de perdas, os demais setores apresentaram saldos inferiores, evidenciando uma expansão mais moderada do mercado de trabalho formal em 2025.

Painel de Geração de Empregos por Setor, ES, set/24-set/25

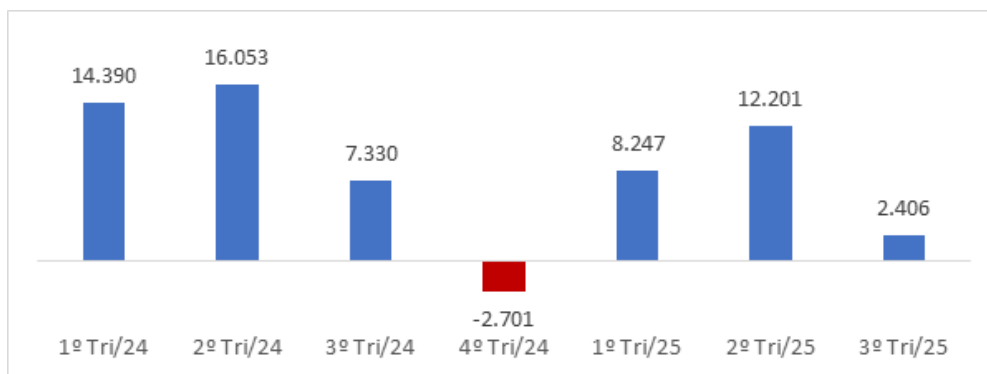
SETORES	Saldo			Saldo Acumulado no Ano			
	Set/25	Set/24	Diferença	Jan-Set/25	Jan-Set/24	Diferença	Variação
Serviços	1.753	3.364	-1.611	11.345	20.150	-8.805	-43,7%
Comércio	1.438	1.396	42	2.874	4.082	-1.208	-29,6%
Indústria	693	482	211	5.635	7.389	-1.754	-23,7%
Construção	574	836	-262	2.271	5.959	-3.688	-61,9%
Agropecuária	-665	-418	-247	729	193	536	277,7%
Total	3.793	5.660	-1.867	22.854	37.773	-14.919	-39,5%

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES. *Habitualmente recebido no trabalho principal

Com os resultados de setembro, o Espírito Santo encerrou o 3º trimestre com a criação de 2.406 empregos formais, o equivalente a 4.924 vagas a menos que no mesmo período de 2024, o que representa uma queda de 67,2%. Em termos relativos, esse foi o desempenho trimestral mais fraco do ano quando comparado aos resultados dos trimestres correspondentes do ano anterior.

Nos três trimestres de 2025, o estado apresentou saldos inferiores aos registrados em 2024, indicando uma desaceleração consistente na geração de empregos formais. Esse movimento resultou em uma retração acumulada de 39,5% no ano, em comparação ao volume de vagas criadas em 2024.

Saldo de Empregos Formais por Trimestre no Espírito Santo



Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

Os municípios da Grande Vitória foram os principais responsáveis pela criação de empregos no 3º trimestre de 2025. Esse resultado está relacionado ao elevado número de desligamentos registrado no interior do estado em função do fim da safra do café, que impacta fortemente municípios cuja economia é fortemente dependente da agropecuária.

No total, os municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) criaram 3.977 vagas formais no trimestre. Os maiores destaques foram Vitória, com 1.042 novos postos, seguida por Serra (907) e Vila Velha (720).

Por outro lado, os municípios do interior registraram o fechamento de 1.571 postos de trabalho no período. Apesar do saldo negativo, alguns municípios menos dependentes do setor primário apresentaram desempenho positivo na geração de empregos, como Cachoeiro de Itapemirim (593),

Aracruz (496) e Anchieta (401). Esses resultados evidenciam a importância da diversificação econômica para fortalecer a resiliência dos mercados de trabalho locais, reduzindo a vulnerabilidade a oscilações sazonais de setores específicos, como a agropecuária.

Ranking dos municípios do Espírito Santo para o saldo entre admissões e demissões

Ranking	Município	Saldo 3º Tri/2025
1º	Vitória	1.042
2º	Serra	907
3º	Vila Velha	720
4º	Cachoeiro de Itapemirim	593
5º	Aracruz	496
6º	Viana	457
7º	Cariacica	433
8º	Anchieta	401
9º	Guarapari	314
10º	Colatina	202
11º	Mimoso do Sul	171
-	Grande Vitória	3.977
-	Interior	-1.571

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

O que está acontecendo?

A taxa de desemprego no Espírito Santo vem caindo de forma contínua e atingindo sucessivos recordes desde o 2º trimestre de 2024. No 3º trimestre de 2025, chegou a 2,6%, sendo esse o menor nível da série histórica iniciada em 2012, após recuar 0,5 ponto percentual em relação ao trimestre anterior. O estado mantém a menor taxa de desocupação do Sudeste e a terceira menor do país, empatado com Rondônia. O número de pessoas desocupadas caiu para 54 mil, com 11 mil deixando essa condição no trimestre.

O estado mantém a menor taxa de desocupação do Sudeste e a terceira menor do país, empatado com Rondônia

Esse cenário coloca o Espírito Santo próximo do chamado “pleno emprego”, em que o desemprego existente é essencialmente transitório ou estrutural e a maior parte das pessoas que busca trabalho consegue se inserir rapidamente. Isso desloca as prioridades das políticas públicas, que deixam de concentrar-se em ampliar o número de vagas, e passam a focar em melhorar a qualidade dos vínculos de trabalho. Isso leva em conta aspectos como formalização, estabilidade, proteção social, remuneração, oportunidades de progressão e redução de desigualdades, inclusive de raça, gênero e território. Também se torna central enfrentar gargalos de qualificação em setores onde faltam profissionais, aproximando oferta e demanda de mão de obra.

No 3º trimestre de 2025, houve uma queda de 4,9% no número de empregados sem carteira assinada no setor privado e, simultaneamente, um aumento de 3% no total de empregados formais. Esse movimento indica um avanço na formalização entre assalariados, ampliando a segurança e a proteção trabalhista.

Por outro lado, a taxa de informalidade avançou para 38,7%, atingindo 789 mil pessoas. O aumento veio sobretudo da chamada informalidade empresarial, que leva em conta trabalhadores que atuam como empregadores ou autônomos sem registro (sem CNPJ). O número de empregadores sem CNPJ cresceu 10,5%, alcançando 21 mil pessoas. Entre os trabalhadores por conta própria, houve queda de 17,4% entre os que possuem CNPJ e aumento de 4% entre os que atuam sem registro. No total, 75,5% dos trabalhadores por conta própria estão na informalidade, o equivalente a cerca de 367 mil pessoas.

Esse crescimento do trabalho autônomo informal está associado à desaceleração da geração de empregos formais. Segundo o Caged/MTE, o estado criou 2.406 vagas com

carteira assinada no 3º trimestre de 2025, uma queda de 67,2% em relação ao mesmo período de 2024. No acumulado até setembro, foram 22.854 vagas, quase 15 mil a menos que no ano anterior, o que corresponde a uma retração de 39,5%.

Esses resultados mostram que a queda do desemprego no estado tem sido sustentada, em grande parte, pela expansão das ocupações informais, especialmente do trabalho por conta própria sem CNPJ. Isso indica que parte dos trabalhadores pode estar optando por atividades informais em detrimento do emprego formal, o que constitui um desafio estrutural para o mercado de trabalho capixaba.

A informalidade empresarial traz implicações importantes. Para trabalhadores autônomos e pequenos empreendedores sem CNPJ, a falta de registro limita o acesso a crédito, emissão de notas fiscais, participação em licitações e formalização de contratos, restringindo oportunidades de expansão e integração a cadeias produtivas mais estruturadas. Para o poder público, significa perda de arrecadação e dificuldade no planejamento de políticas de fomento ao empreendedorismo e à qualificação profissional.





Promover a formalização fortalece a proteção social, com acesso previdência, aposentadoria e demais direitos, e amplia a segurança econômica dos trabalhadores e contribui para aumentar a produtividade e a competitividade da economia estadual. Outro ponto relevante é a necessidade de ampliar a diversificação econômica, tornando o mercado de

trabalho menos vulnerável a choques sazonais de setores específicos, como a agropecuária. Essa dinâmica fica evidente quando se observa o comportamento da geração de empregos nos municípios do interior do estado, que são fortemente dependentes do setor primário.



Opinião do Empresariado Capixaba



A taxa de desemprego está muito baixa e a dificuldade de preenchê-las se intensifica. A combinação entre mudanças geracionais, novas expectativas sobre o ambiente de trabalho e transformações no comportamento dos candidatos aparece com força nas estatísticas — e ainda mais nitidamente na experiência cotidiana das empresas do varejo. Dentro desse cenário, a percepção de **Carlos Eduardo Assad, administrador das lojas Maschio, Levi's, Aramis e Porthos**, acrescenta uma dimensão prática ao fenômeno.

Esse público valoriza muito mais do que o salário em si: querem empresas organizadas, com plano de cargos e salários, benefícios estruturados e um ambiente que demonstre preocupação com o bem-estar

Ao relatar desafios que vão desde a escassez de candidatos até a baixa adesão aos processos de seleção, mesmo diante de benefícios competitivos, sua fala evidencia a distância entre a disponibilidade de vagas e a efetiva entrada de trabalhadores no setor. A seguir, seu depoimento reforça como as dinâmicas do mercado de trabalho brasileiro têm se transformado e quais obstáculos emergem para quem busca contratar no varejo atualmente. Confira:

“Quando a gente entra no tema de mão de obra, o cenário é bem claro: não tem. Não é por salário baixo, porque isso já não é mais o caso. Hoje ofereço boa remuneração, compatível com o que há de mais competitivo no mercado, inclusive alinhada às expectativas da geração Z. E esse público valoriza muito mais do que o salário em si: querem empresas organizadas, com plano de cargos e salários, benefícios estruturados e um ambiente que demonstre preocupação com o bem-estar. Na minha empresa, por exemplo, oferecemos vale-alimentação pelo Caju, acesso ao WellHub, que inclui academia e atendimento psicológico, entre outros benefícios totalmente alinhados ao que essa juventude busca.

E mesmo assim, simplesmente não aparece gente. E não é uma percepção isolada minha. Converso com franqueados do norte ao sul do país, em todas as regiões, e a conclusão é a mesma: falta gente para trabalhar. Existem muitas vagas.

A situação chegou a um ponto em que tivemos que nos adaptar. Passamos a realizar entrevistas online para facilitar. A pessoa se candidata, preenche o formulário, passa pela triagem, entramos em contato e oferecemos a opção de entrevista inicial virtual, com a etapa seguinte presencial. Mesmo assim, é impressionante: agendamos para duas da tarde, ligamos duas da tarde, exatamente no horário e a pessoa simplesmente não atende. Não é exceção, é recorrente. De cada dez candidatos que conseguimos agendar, mais da metade não aparece, sem qualquer satisfação. É esse o nível de dificuldade que o varejo tem enfrentado hoje para contratar.”

Nesta entrevista para o Connect, **Rodrigo Vervloet, Presidente do Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares do Espírito Santo (Sindbares)**, destaca a baixa adesão ao emprego formal e os desafios enfrentados por um setor historicamente dependente de mão de obra intensiva, sua fala ajuda a com

preender como essa dinâmica se materializa no dia a dia das empresas. A seguir, seu depoimento reforça que a dificuldade de contratação ultrapassa questões operacionais e revela um problema estrutural mais amplo no mercado de trabalho. Confira:

“Sem dúvida, existe hoje uma dificuldade muito grande para contratar, especialmente quando falamos de trabalho formal. Não é nem uma questão específica de um tipo de função: o que temos observado é que há pouca gente interessada em assumir um emprego formal, e isso afeta diretamente setores que mais empregam, como supermercados, bares e restaurantes. O nosso segmento, por ser intensivo em mão de obra, acaba sentindo esse impacto de forma ainda mais evidente, é um reflexo claro do que acontece no setor produtivo como um todo.

Para tentar enfrentar esse cenário, buscamos iniciativas de qualificação, parcerias com instituições como o Senac e participação em feirões de emprego. Mas, na prática, percebemos que o problema é mais profundo. Trata-se de uma questão social, uma mudança na forma como a sociedade enxerga a relação de trabalho. Hoje, a contratação formal se tornou um desafio para os dois lados: tanto para quem emprega quanto para quem busca emprego. Nenhuma das partes parece plenamente satisfeita com esse modelo, e isso acaba alimentando esse grande desequilíbrio que vemos hoje no Brasil.”



Tendência - A “Geração Z anticarreira” e o esgotamento do modelo tradicional de trabalho

A Geração Z está redesenhando as expectativas e os padrões do mercado de trabalho brasileiro.

Diferentemente das gerações anteriores, que priorizavam estabilidade, carreira linear e tempo de casa, os trabalhadores com menos de 30 anos têm demonstrado um comportamento marcadamente distinto: rejeitam a ideia de “carreira para sempre”, valorizam autonomia imediata e buscam ambientes de trabalho que ofereçam flexibilidade, propósito e bem-estar emocional. Pesquisas internacionais da McKinsey, Deloitte e ManpowerGroup mostram que a geração Z trocaria estabilidade por liberdade e essa tendência começa a se refletir no mercado brasileiro, como indicam estudos do Ipea e da OIT sobre transições ocupacionais e comportamento juvenil no emprego.

Esse padrão tem impacto direto sobre a permanência nos postos de trabalho. A rotatividade entre os trabalhadores mais jovens é significativamente maior do que nas demais faixas etárias, não apenas por salários, mas por desajuste entre expectativas e a rigidez dos modelos de contratação. No varejo, serviços, bares e restaurantes, setores tradicionalmente dependentes de mão de obra jovem, empresários relatam dificuldades inéditas de retenção: candidatos não comparecem às entrevistas, recusam escalas tradicionais e priorizam atividades paralelas que lhes permitam mais autonomia e controle de agenda.

Pesquisas apontam que valores como diversidade, saúde mental, respeito ao tempo livre e conexões autênticas com líderes e equipes têm mais peso do que estabilidade de longo prazo

Outro elemento característico da geração Z é a busca por múltiplas fontes de renda, fenômeno identificado em estudos da Deloitte como multi-earning behavior. Ao invés de depender exclusivamente de um emprego formal, muitos jovens optam por combinar trabalho temporário, atividades por demanda, produção de conteúdo digital e microempreendedorismo. Esse comportamento contribui para a expansão da informalidade estruturada e do MEI, que já registra mais de 15 milhões de inscritos.

Além disso, a geração Z tem uma expectativa diferente em relação ao ambiente de trabalho. Pesquisas apontam que valores como diversidade, saúde mental, respeito ao tempo livre e conexões autênticas com líderes e equipes têm mais peso do que estabilidade de longo prazo. Isso pressiona empresas a reverem desde políticas de benefícios até modelos de gestão, jornada, escalas e cultura organizacional.



Essa tendência indica que o desafio atual não é apenas de contratação, mas de compatibilidade. O modelo tradicional, baseado em presença física contínua, horários fixos e trajetórias lineares, está perdendo adesão justamente entre a parcela que sustenta

grande parte dos setores intensivos em mão de obra. Adaptar jornadas, redefinir práticas de gestão e atualizar regulamentações trabalhistas será essencial para que empresas consigam atrair e reter essa nova geração de trabalhadores.

Notas

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua Trimestral) é uma pesquisa realizada através de uma amostra de domicílios e destina-se a produzir informações sobre a inserção da população na força de trabalho. Sua amostra foi desenhada visando produzir informações trimestrais.

Diferentemente dos dados disponibilizados pelo RAIS/CAGED/MTE, que consolida números dos registros oficiais das empresas e mapear o mercado formal de trabalho, a PNAD/IBGE é uma pesquisa que busca captar informações gerais sobre a situação do trabalho de forma geral.

A cada trimestre, são investigados ²¹¹,³⁴⁴ domicílios particulares permanentes, em aproximadamente ¹⁶,⁰⁰⁰ setores censitários, distribuídos em cerca de ³,⁵⁰⁰ municípios.

São classificadas como desocupadas na semana de referência (semana da pesquisa) as pessoas não ocupadas nesse período, que tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência.

¹O IBGE ajustou a série histórica das estimativas populacionais e da taxa de desocupação com base nas novas informações disponibilizadas pelo Censo 2022.

Mais informações estão disponíveis em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-07/ibge-vai-ajustar-dados-passados-de-desemprego-entenda-o-porque>

²A taxa de desocupação, também conhecida como “taxa de desemprego”, leva em consideração as pessoas que estão disponíveis para o trabalho e buscaram emprego mas que não conseguiram uma colocação no mercado de trabalho. Seu cálculo se dá a partir da proporção das pessoas desocupadas em relação a força de trabalho, que são as pessoas em idade para trabalhar e que estão ocupadas ou desocupadas no período de referência.

³A taxa de informalidade é o percentual de informais dentro da população ocupada. Nesse contexto, a situação de informalidade se refere às pessoas ocupadas como “Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada, exclusive trabalhador doméstico”, “Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada”, “Empregador sem CNPJ”, “Conta própria sem CNPJ” e “Trabalhador familiar auxiliar”.

⁴A taxa de subutilização da força de trabalho corresponde à proporção da população economicamente ativa que enfrenta insuficiência de ocupação. Esse indicador engloba os desocupados (pessoas que procuram emprego, mas não conseguem), os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas (aqueles que trabalham menos do que desejam) e a força de trabalho potencial (indivíduos que gostariam de trabalhar, mas não buscaram emprego devido a motivos específicos, como desânimo ou indisponibilidade temporária).

EXPEDIENTE: Presidente do Sistema Fecomércio-ES/Sesc/Senac:

Idalberto Luiz Moro | Diretor Sesc-ES: Luiz Henrique Toniato | Diretor

Senac-ES: Richardson Schmittel | Superintendente Fecomércio-ES:

Wagner Corrêa | Diretor de Relações Institucionais Fecomércio-ES:

Cezar Wagner Pinto | Equipe Connect Fecomércio-ES: André Spalenza

: Paulo Rody : Karina Tonini : Felipe Montini : Eduarda Gripp : Gercione

Dionizio : Samuel O. Cabral : Ryan Procopio : João Guimarães | Tel.:

3205-0706 | www.fecomercio-es.com.br